

Cartografias do Sul, sol e sal: metodologias para pesquisas comprometidas em comunicação

Cartografías del Sur, sol y sal: metodologías para la investigación comprometida en comunicación

Cartographies of the South, sun and salt: methodologies for communication engaged research

—

Bruno TARIN

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
brunotarin@gmail.com

Laila SANDRONI

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil
lailasandroni@hotmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 147, agosto-noviembre 2021 (Sección Diálogo de Saberes, pp. 297-312)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 03-03-2021 / Aprobado: 10-07-2021

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar teorias/metodologias que se auto reconhecem enquanto cartografias que versam sobre práticas relacionadas com temas de especial interesse para pesquisas em comunicação social, tais como processos de produção de representações sociais, subjetividades e visibilidades. Para tal, primeiramente, aborda-se desafios e questões relativas a práticas atuais de pesquisa comprometida e transdisciplinar de uma perspectiva na América Latina, especialmente no Brasil. Em seguida, percorremos três abordagens cartográficas distintas, a saber: cartografias dos desejos; cartografias sociais e; cartografias da ação, a fim de fecundar e diversificar, inclusive em termos de serem mais inclusivas e éticas, pesquisas em ‘comunicação’ ou ‘estudos de mídia’.

Palavras-chave: América Latina, Brasil, transdisciplinaridade, representações sociais, subjetividades, visibilidades.

Abstract

The paper purpose is to address theories/methodologies that recognize themselves as cartographies that deal with practices related to topics of special interest for social communication researchs, such as processes of production of social representations, subjectivities and visibilities. To this end, firstly, it addresses challenges and issues related to currently practices of engaged and transdisciplinary research from a Latin American perspective, especially from Brazil. Then, we go through three different cartographic approaches, namely: cartography of desires; social cartography and; cartography of the action, in order to fertilize and diversify, including in terms of being more democratic and ethical, ‘social communication’ or ‘media studies’ researchs.

Keywords: Latin America, Brazil, transdisciplinarity, social representations, subjectivities, visibilities.

Resumen

El objetivo de este artículo es abordar teorías-metodologías que se reconocen como cartografías que abordan prácticas relacionadas con temas de especial interés para las investigaciones en comunicación social, tales como procesos de producción de representaciones sociales, subjetividades y visibilidades. Para ello, en primer lugar, se aborda desafíos y temas relacionados con las prácticas actuales de investigación comprometida y transdisciplinaria desde una perspectiva en América Latina, especialmente en Brasil. Luego, pasamos por tres enfoques cartográficos diferentes, a saber: cartografía de los deseos; cartografías sociales y; cartografías de la acción, con el fin de fertilizar y diversificar, incluso en términos de ser más democráticas y éticas, las investigaciones en “comunicación social” o “estudios de medios”.

Palabras clave: América Latina, Brasil, transdisciplinariedad, representaciones sociales, subjetividades, visibilidades.

Introdução

Versar sobre práticas de produção de conhecimento social e comunicacional na contemporaneidade é uma tarefa desafiadora, em vista da enorme diversidade de abordagens para se lidar com os desafios do ato de pesquisar que, muitas vezes, se contrapõem vigorosamente umas às outras. Neste sentido, iremos trilhar caminhos em um terreno arenoso e movediço, dado que nosso objetivo é abordar teorias/metodologias que se autoreconhecem enquanto cartografias, que identificamos como pesquisas comprometidas, e que versam sobre práticas relacionadas com temas de especial interesse para pesquisas em comunicação social, tais como processos de produção de representações sociais, subjetividades e visibilidades. Contudo, as teorias/metodologias que iremos tratar não são focadas no estudo de mídias de um ponto de vista tecnológico ou dos seus usos, tampouco da mineração e análise de dados, fortes tendências no campo da comunicação que em muitos casos acabam por se distanciar dos territórios e das práticas de movimentos sociais e suas lutas, bem como invisibilizam a multiplicidade das interações sociais, econômicas, políticas e inclusive comunicacionais. Isso ocorre especialmente no Sul Global, em nosso caso na América Latina e mais especificamente no Brasil, onde o acesso a tais mídias/tecnologias nem sempre é possível e/ou desejável (Sartoretto, 2016). Tampouco abordaremos metodologias que são cânones presentes nos manuais de produção de monografias e dissertações em comunicação social (Martino, 2018) tais como levantamento de dados, grupos focais, entrevistas, revisão bibliográfica etc. Nessa mesma linha, resta ressaltar que não buscaremos aqui trabalhar com uma perspectiva de “ultraespecialização” onde só se enxerga como válido aquilo que é notoriamente reconhecido, institucionalmente e limitado disciplinarmente, enquanto ‘pesquisa em comunicação’ ou ‘estudos de mídia’. Pelo contrário, segue-se a longa tradição no pensamento comunicacional latino americano, que remonta inclusive aos seus princípios e condições de produção (contextos discursivos, institucionais e sociais), de por um lado calcar-se e produzir uma abordagem analítica multidimensional ou sintética. Isto é, encadeamentos e agregações sinópticas (Sodré, 2014); convergências (Lopes, 2004); apropriações (Martín-Barbero, 1996; Peruzzo, 2018) de conteúdos, teorias e metodologias correspondentes e desenvolvidos em outros campos científicos e áreas do conhecimento adaptados e relacionados transdisciplinarmente sobre problemáticas, linguagens e lógicas comuns. Por outro lado, desde suas origens na décadas de 1960 e 70 até hoje, a reflexão efetivamente latino-americana sobre a comunicação social foi caracterizada, impulsionada e teve como marca distintiva abordagens críticas, alinhadas com lutas e movimentos sociais, que buscam propor ações políticas transformadoras das realidades regionais e locais (Fuentes-Navarro, 1994; Martín-Barbero, 1996; Berger, 2011, 2018). José Marques de Melo (2018, p. 43, tradução nossa) afirma que o pensamento comunicacional na América Latina é uma corrente de pesquisa que: “tem uma

característica muito nítida, em primeiro lugar é uma corrente crítica, mas é uma corrente crítica que tem o pé na terra [...], ou seja, investiga criticamente os processos com rigor científico mas buscando aplicações para transformar nossa realidade”.

Seguindo nessas direções que buscaremos aqui, em certa medida, “impensar” a comunicação e as mídias através de uma postura transdisciplinar num movimento de “abertura” (Segrera, 2000), trazendo à tona o encontro entre perspectivas de pesquisas comprometidas com a produção de cartografias do sul, do sol e do sal,¹ materiais e imateriais, enquanto possibilidades teóricas e metodológicas nas pesquisas em comunicação social. Entendemos por pesquisas comprometidas a produção de pensamento e metodologias que objetivem mudanças nas estruturas sociais injustas que alimentem racismo, elitismo, machismo e homofobia, bem como um questionamento crítico, onde inclusive há uma reflexão do papel do próprio pesquisador, da hierarquização de epistemologias a partir dos territórios, ou seja, das práticas e da vida localizadas. Reforça-se ainda que pesquisas comprometidas buscam combater as desigualdades e assimetrias de poder e o uso da produção do conhecimento, especialmente nas universidades, para a perpetuação de processos de dominação ou subjugação e na América Latina especialmente a colonialidade. Em suma, são pesquisas que se comprometem, assim, em assumir a tensão entre academia e comunidade, bem como através de um giro metodológico produzir alianças com as vidas, conhecimentos e perspectivas historicamente subjugadas e silenciadas (Lugones, 2018).

Com o intuito de angariar instrumentos para nos movermos neste terreno, procuramos presentificar e aprofundar práticas e teorias, desenvolvidas unicamente por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros. Nossa opção por apresentarmos e sistematizarmos somente perspectivas e abordagens teórico-metodológicas desenvolvidas no Brasil se ancora na constatação e contestação de uma tendência histórica no âmbito acadêmico onde o Sul Global se apresenta como forte fornecedor de experiências, enquanto o Norte Global seria o locus mais adequado de produção de teorias para que posteriormente estas possam ser difundidas e replicadas sendo assim as chaves da produção de conhecimento globalmente (Connell, 2012). Esta opção justifica-se também porque, como nos apresenta Connell (2013, p. 352), em uma entrevista dada quando esteve no Brasil,² deve-se valorizar os contextos onde são realizadas as teorias pois estas são: “de fato, trabalho corporificado, então se deve prestar atenção ao local, à corporeidade, à experiência dos teóricos”. Acrescenta-se ainda que a herança do modelo cartesiano de ciência está subjacente a muito do que é produzido

1 A ideia da expressão ‘cartografias do sul, sol e sal’ veio da poesia satírica, criada na ocasião da visita do Presidente Norte Americano Hoover ao Brasil em 1928, intitulada: ‘Hip! Hip! Hoover! Mensagem Poética ao Povo Brasileiro’ de Oswald de Andrade que inicia com a estrofe: “América do Sul. América do Sol. América do Sal”.

2 Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell (2013). Acesso em 5 setembro 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100011&lng=pt&nrm=iso

e exigido das pesquisadoras hoje e pretensões de uma suposta neutralidade científica se movimentam e pressionam a produção do conhecimento dentro e fora das universidades, cerceando através das mais variadas estratégias coercitivas o exercício radicalmente crítico e de implicação do pesquisador na produção de saber. Pode-se argumentar que ao trazermos a tona somente teorias e metodologias gestadas no Brasil emerge um território epistemológico específico, localizado e vivido mesmo quando há uma relação direta com a produção de conhecimento do/no Norte Global. Entretanto, não se trata aqui, de forma alguma, de descartar ou minimizar o papel fundante dos pensamentos produzidos sobre a égide e os privilégios da colonialidade. Reconhecemos o poder que estes possuem dentro do âmbito acadêmico global, especialmente na América Latina, inclusive junto as teorias que buscam transformá-los e/ou no limite combatê-los. Trata-se aqui, portanto, de ressaltar a importância de buscar aderências nos contextos políticos, socioeconômicos e culturais e não subjugar as pesquisas ao longo histórico de colonialidade epistêmica marcado pela produção de um universalismo normativo espelhado no Norte Global que marginaliza e invalida outras experiências e formas de saber, inclusive nas pesquisas de comunicação social e mídia.

Com este propósito em mente iremos, a seguir, explicitar a metodologia de levantamento das abordagens cartográficas acionadas neste artigo e reconhecer seu contexto histórico e territorial de produção. Em seguida, percorreremos três abordagens cartográficas distintas, a saber: cartografias dos desejos; cartografias sociais e; cartografias da ação.

Uma cartografia dos cartógrafos brasileiros

Nas últimas décadas, no contexto de novos cenários socioeconômicos, com a ascensão e consolidação do ciclo neoliberal, e de novos sujeitos políticos no Brasil e na América Latina conformou-se o que poderíamos chamar de uma ‘nova geração política’ que transformou sensivelmente o cenário das lutas tal como ele estava desenhado até meados dos 1990 (Lopes & Heredia, 2014; [Autor/a]). Estes novos movimentos ao realizarem uma crítica a institucionalização e à forma-partido como o principal meio de atuação de movimentos sociais e mobilizações fizeram emergir uma nova constelação de sentidos e práticas atreladas a uma “política da vida” onde os protagonistas das lutas são mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, sem-terras, hackers, gays etc. Diante da constatação de que houve uma renovação de sujeitos e práticas sociopolíticas no Brasil e da dificuldade que estes novos atores têm em tornar visíveis e públicas suas perspectivas há uma renovação também das formas de pesquisar. É neste contexto que as cartografias no Brasil emergem enquanto teorias e metodologias com a proposta de reorganizar a maneira de se realizar pesquisas comprometidas e conjuntamente a movimentos sociais que incorporassem suas perspectivas e que pudessem tornar visíveis suas reivindicações e práticas. Em torno da ideia

de cartografia, assim, surge uma multiplicidade de práticas e discursos nos campos da arte, da academia e da política, configurando um interessante rol de experimentações e reflexões. Uma ebulição que se materializa numa construção amplamente heterogênea, cartografias produzidas em contextos tão díspares quanto a floresta amazônica e a cidade de São Paulo. É neste mar bravio de intensa movimentação que procuraremos aqui mergulhar, com o intuito de contribuir nesta grande construção, privilegiando o olhar dos estudos de comunicação social, através de uma sistematização e reelaboração de possibilidades abertas em torno da noção de cartografia.

Para guiar nossa trilha e traçar uma rota compatível com a energia disponível, elencamos algumas direções a seguir. Em primeiro lugar, nos restringimos às práticas e discursos produzidas no campo acadêmico embora reconheçamos a grande produção de cartografias nas artes, nas mobilizações políticas e na construção de políticas públicas. Seguindo as pistas deixadas por autores nas bibliografias dos textos que já conhecíamos e percorrendo currículos Lattes e diretórios de núcleos de pesquisa, entramos em contato com uma série de pesquisas/cartografias. Reconhecemos subdivisões em redes constituídas por grupos de pesquisadores que dialogam amplamente uns com os outros que, por outro lado, pouco se comunicam com pesquisadores dos outros grupos e não necessariamente reconhecem os outros trabalhos como similares aos seus. Dessa forma, acompanhando as correlações desenhadas pelas práticas dos próprios cartógrafos, identificamos três redes principais que conformam unidades relativas. A primeira rede se articula em torno das ‘Cartografias dos Desejos’ engendradas, principalmente, por pesquisadoras e pesquisadores concentrados em questões relativas aos processos de subjetivação e produção de subjetividade. A segunda rede abriga ‘Cartografias Sociais’, como as desenvolvidas pelo projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, mapeamentos participativos que têm a produção de visibilidade de grupos sociais rurais e povos e comunidades tradicionais subalternizados ou silenciados uma das suas principais motivações. A terceira é formada pelas ‘Cartografias da Ação’ que busca enfrentar o problema da produção e difusão de representações sociais nas periferias urbanas, bem como as questões relativas a comunicar e tornar públicas, inclusive em termos de políticas públicas, as aspirações dos sujeitos nestes territórios vividos. Procuramos desenhar uma cartografia dos cartógrafos brasileiros, um mapa que aglutine estas experiências. É importante deixar claro que não se trata de apreender a totalidade dos argumentos propostos pelos pesquisadores/cartógrafos, nem tampouco abranger todas as “cartografias” no Brasil. Busca-se aqui, como já dito, “impensando” a comunicação social ou os estudos de mídia, trazer à tona algumas experiências e elementos que possam subsidiá-las de possibilidades metodológicas alinhadas com o exercício de realizar pesquisas comprometidas.

Cartografias do desejo: subjetividades em movimento

As cartografias são, nesta perspectiva, formas de acompanhar e participar de movimentos de transformações nas formas de subjetivação, nas subjetividades e desejos. A cartografia é uma forma de pesquisar as paisagens psicossociais, coproduzir saberes junto a uma multiplicidade de sujeitos que vão desde movimentos sociais, a mudanças dos estilos de vida até os quadros clínicos tanto coletivos como individuais-institucionais ou não. O foco central das construções elaboradas neste diapasão é incorporar o aspecto móvel e relacional nas pesquisas, a partir de uma contraposição à ideia de metodologia baseada em um conjunto de regras preestabelecidas (Regis & Fonseca, 2012). O método cartográfico seriam então mais uma postura ético-estético-política do que um arcabouço unificado.

Nas cartografias do desejo, pode-se afirmar que as questões centrais para a construção de conhecimento são: estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas; elaborar uma concepção de método tão processual quanto os processos que pretende estudar; assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método (Passos, Kastrup & Escóssia, 2010). O princípio da cartografia é, assim, um antiprincípio, pois obriga a cartógrafa a estar sempre mudando de princípios, uma vez que a cartografia se faz juntamente com as paisagens cuja formação ela acompanha. Ora, ao não partir de princípios rígidos, a separação entre método e teoria perde densidade. Para a cartógrafa dos desejos, a própria teoria é cartografia, ela não bebe apenas de uma fonte, mas, sim, mergulha no mar das linguagens pegando as correntes formadas por aquelas que melhor conseguem dar voz aos desejos. Neste sentido, esta forma de pesquisa opõe-se frontalmente a uma tradição filosófica associada a Platão, Bacon e Descartes que pressupõe o conhecimento como um ‘desvelamento da realidade’ externa ao pesquisador. Não há intensão de explicar causas e efeitos revelando o que acontece ‘verdadeiramente’, posto que não existe um ‘fora’, mas coprodução, ou coemergência, entre conhecimento e realidade. A prática científica, nessa perspectiva, é prática inventiva, e esta dimensão não é algo a ser expurgado ou escamoteado, mas algo que deve ser valorizado (Barros & Passos, 2010).

Pesquisar, neste sentido, é implicar-se e intervir, no limite, é mais próximo de um ‘transformar para conhecer’ do que ‘conhecer para transformar’. Para tal, faz-se necessário criar redes afetivas quentes que impliquem na mútua transformação, balançando as estruturas hierárquicas embutidas na produção do conhecimento e reorganizando os lugares de fala. Isso não quer dizer que haja uma homogeneização, afinal parte-se de um comprometimento com a criação de um mundo comum e heterogêneo. O comum, nas cartografia dos desejos, não se confunde com unidade universal, sítio onde só podem participar os semelhantes: ele se apresenta enquanto plano onde singularidades heterogêneas se transformam mutuamente a partir do contato (Kastrup & Passos, 2014). Neste

sentido estas cartografias se materializam e buscam abrir espaços para uma série de experiências de diálogo junto a comunidades, movimentos sociais e coletivos historicamente silenciados através de oficinas e pesquisas participativas onde estes possam ampliar sua capacidade de comunicação e representação valorizando e exteriorizando suas próprias vivências. As cartógrafas dos desejos ressaltam o compromisso ético com a constante tentativa de aumento do *quantum de transversalidade* das relações estabelecidas durante a pesquisa. A partir desta noção busca-se tornar possível se contrapor às hierarquias estabelecidas (verticalidade) —entre saberes, sociedades, culturas etc— sem incorrer em uma homogeneização (horizontalidade), ou em uma apropriação ingênua dos processos sociais, como se não houvessem diferenças, inclusive em termos de poder, entre as diferentes perspectivas e sujeitos da pesquisa.

Surge assim uma valorização da experiência, do campo, do contato, na prática cartográfica dos desejos. Para que todos estejam num plano onde o encontro seja possível, é preciso que o pesquisador mergulhe no campo e se deixe atravessar (Barros & Passos, 2010). Cartografar seria, dessa maneira, habitar um território existencial, estar presente nos processos cartografados, corporificando a posição do pesquisador e fazendo-o despencar de qualquer sobrevoo distanciado. Isto exigiria uma preparação mais no sentido de uma abertura para as trocas entre os sujeitos das pesquisas e disponibilidade para a experiência, bem como reflexão crítica do próprio papel enquanto pesquisadora, do que um recorte ou questão de pesquisa bem delimitados. As cartografias dos desejos buscam se comprometer com o alargamento de territórios de livre circulação dos desejos, emaranhar-se com os movimentos e as políticas da vida, visto que:

Propomos a cartografia como um tipo de conhecimento gerado e, só assim, em consonância construtiva com a heterogeneidade imanente ao viver, isto é, pautado por uma ética, uma estética e uma política que, além de favorecer o desprendimento das rotas repetidas, apure nosso cuidado com o outro através do respeito pela própria vida e sua vocação expansiva. Pensamos a ética, a estética e a política como ferramentas de subversão do que aparece como verdade natural e aprisiona a produção da diferença. (Regis & Fonseca, 2012, p. 280)

Neste sentido, o compromisso do cartógrafo não é com um rigor em termos de engessamento e replicação de métodos canonizados, nem como uma objetividade imbricada a uma neutralidade que escamoteia as assimetrias de poder, pretensões e objetivos da pesquisa ou, ainda, com uma determinada transformação social preconcebida fundamentada em algum tipo de teoria teleológica.

Cartografias sociais: visibilidades em movimento

As cartografias sociais, pode-se afirmar, buscam dar visibilidade aos modos pelos quais os agentes sociais subalternizados constroem pertencimento, cosmologias e saberes nas suas inter-relações com os territórios e ecossistemas, conformando uma variada gama de experiências cujo protagonismo nos processos de produção de discursos e cartografias é das pessoas que habitam o território. Estas cartografias, em geral, têm como figura central povos e comunidades tradicionais, e a maior parte delas se relaciona a lutas por reconhecimento territorial ou a projetos de manejo ambiental de cunho etno-ecológico e sua comunicação e publicização. Neste contexto, destaca-se o papel do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Pncsa), cartografias realizadas dentro e fora da Amazônia legal junto a comunidades muito diversificadas, dentre elas, Indígenas, Quebradeiras de Coco de Babaçu, Povos dos Faxinais, Fundos de Pasto, Quilombolas, Pescadores, Ribeirinhos, Cipozeiros, Povoado Pantaneiro, etc.

Dentre as três diferentes redes cartográficas acessadas neste artigo, estas são as que se relacionam mais diretamente com a produção de mapas ancorados nas coordenadas geográficas e projeções cartográficas do território em seu aspecto geofísico e político-administrativo. Contudo, se diferenciam em relação a uma cartografia tradicional no que tange aos temas e conteúdos escolhidos para figurar ou não figurar no mapa, objetivando a inclusão de cosmovisões silenciadas na esfera pública, através da colaboração ativa da população implicada na elaboração do mapa (Almeida, 2013). Uma das questões centrais para esta vertente é refletir sobre o sujeito e a intencionalidade dos mapas a partir do ponto de vista de grupos que foram sistematicamente marginalizados deste processo, gerando novos mapas capazes de confrontar os mapas produzidos pelo Estado e pelas forças ligadas aos empreendimentos industriais e do grande agronegócio no Brasil. Estes cartógrafos ressaltam que a cartografia moderna surge e se desenvolve em uma profunda relação com o colonialismo: foi o saber cartográfico que permitiu a padronização da informação necessária ao processo de reconhecimento e dominação dos vastos territórios coloniais. E até hoje, a cartografia estatal, filha da cartografia moderna, serve à naturalização do desenvolvimentismo, atribuindo-lhe unanimidade e desejabilidade (Acserald, 2012). Conflitos simbólicos e materiais estão, assim, no centro das cartografias sociais. As “novas cartografias” são, assim, identificadas como contrapoder, formas de reapropriação, através do questionamento do monopólio da produção de mapas por parte do Estado ou da iniciativa privada ligados geralmente a processos de licenciamento ambiental. Há, assim, através da produção de cartografias sociais, a proliferação de pesquisas comprometidas com legitimar através da comunicação e da publicização as demandas de grupos historicamente invisibilizados aumentando, dessa forma, seu poder de pressão na luta por direitos, como direito à terra, à escola, à educação, à saúde, etc. Constituem-se,

assim, “contramapeamentos” capazes de rearticular as relações entre território, identidade e direitos.

As cartografias sociais ganharam força a partir de 2000, em relação de coprodução com o processo de transformação das lutas no campo que passaram por um deslocamento da luta pela terra à luta pelo território, designado como “virada territorial”, na qual a territorialidade passa a ser um elemento central na construção política, sobretudo no meio rural (Guedes, 2013). As cartografias sociais estão atreladas a um processo de transição das lutas centradas no conceito de classe, em nome de um direito universal de acesso à terra, para um direito à diferença pautado por reivindicações étnicas ou identitárias. Neste contexto, o mapa enquanto instrumento simbólico, forma de comunicação social, de fortalecimento destas identidades e de sua relação intrínseca com o território teve um papel fundamental em dinâmicas de luta em diversas partes da América Latina (Cáceres, 2012).

Os pesquisadores das cartografias sociais apontam, entretanto, que há um campo de disputas em torno da produção destas ‘outras cartografias’. A ideia de mapeamento participativo surge com a marca da ambiguidade pois:

As experiências de mapeamento participativo e cartografia social mostram que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas que concorrem para territorializar as descrições espaciais. Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem servir tanto a estratégias de produção e controle sobre o ‘território médio’ da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação. (Acserald, 2012, p.10)

Assim, se por um lado, o “participativo” pode ser uma forma de empoderar as populações invisibilizadas e silenciadas, por outro pode também ser apenas uma forma de legitimar ações autoritárias com fins de subjugação. Neste sentido, o participativo pode ser parte da supramencionada estabilização e naturalização da ideologia desenvolvimentista e da colonialidade expressa no extrativismo típico do ciclo neoliberal. Dessa forma, a melhor maneira de identificar a posição da cartografia é reconhecer os objetivos do proponente do projeto, determinando o sujeito e as finalidades de cada iniciativa. A questão colocada é quem mapeia, porque mapeia, como mapeia e como comunica ou torna visível esses mapas.

Cartografias da ação: representações sociais em movimento

A cartografia da ação é uma teoria/metodologia que busca responder as injustiças em termos de representação social, bem como compreender a relação entre as formas de dominação e resistência, focalizando a maneira como os movimentos acontecem no território, especialmente em periferias urbanas no Brasil (Ribeiro & Silva, 2011). No centro desta rede está a relação

entre pesquisadores da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (Lastro). A cartografia da ação social se relaciona, principalmente, às formas de protesto, resistência ou reivindicações que possuem um sentido capaz de reconfigurar as maneiras como vivemos neste mundo, como representamos e experimentamos o espaço.

As cartografias da ação estão em grande parte baseadas nas reflexões da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro e suas análises acerca do capitalismo contemporâneo no Brasil, inserindo-se explicitamente no contexto de transformações simultâneas nas esferas do saber, do poder e na colonialidade presente nos processos de globalização e multiculturalismo neoliberal. Segundo Ribeiro (2011), a fase atual do capitalismo é marcada por uma ambiguidade, pois se, por um lado, assistimos a consolidação de “renascimentos auspiciosos” como as lutas indígenas e de povos e comunidades tradicionais, por outro, estão sendo exercidas formas profundamente cruéis de poder e coerção sobre populações marginalizadas. Outra característica fundamental do contexto contemporâneo seria a existência de uma vasta miríade de conflitos e anseios que não são traduzidos pelos projetos defendidos na esfera pública. Existem carências coletivas que são acachapadas pelas representações sociais dessas populações e indivíduos marginalizados, reforçando ainda mais os processos de exclusão (Ribeiro & Silva, 2011). Pois “há, concretamente, uma sociedade profundamente ativa sem representações sociais correspondentes, o que facilita a difusão dos códigos comportamentais da modernização passiva e a manutenção da colonialidade” (Ribeiro, 2011, p. 29), sendo que os símbolos e representações da “modernização passiva” possuem alianças com os grandes veículos de comunicação e o Estado, construindo uma cartografia dominante que cerceia ações libertárias e que definem inclusive o que seria desejável.

Para esta rede, as cartografias poderiam criar outros espaços de construção simbólica, formas de comunicação que possam abrir o caminho para que outros projetos de vida e representações sociais se apresentem e se fortaleçam. As cartografias da ação se propõem, assim, por um lado, desfazer acordos tácitos e quebrar consensos aparentes que são fortemente alimentados através dos meios de comunicação em massa e rede e, por outro, tornar públicas as visões de mundo e formas de saber que foram acachapadas durante o processo histórico. Para tanto, são indispensáveis o uso e acesso diferenciado às técnicas e linguagens disponíveis, entrelaçando o quanto possível a prática científica à filosofia e à arte, para produzir interpretações mais próximas à vida coletiva. A ciência possui, portanto, um papel central nesta construção, mas deve estar aberta a outras linguagens. Estes cartógrafos defendem reiteradamente o diálogo profundo entre as diferentes disciplinas acadêmicas e os diferentes saberes. Adotam uma postura comprometida colocando como objetivo explícito o apoio às demandas dos sujeitos e movimentos sociais com os quais a pesquisa dialoga. Há, portanto, um entendimento do papel fundamental que uma epistemologia

profundamente democrática, comprometida com difundir representações sociais alinhadas com o território usado, tem para confrontar de forma efetiva as imposições que vêm de cima para baixo. O conceito de ‘território usado’ de Milton Santos é uma das chaves fundamentais de análise das cartógrafas da ação. Ribeiro (2011) argumenta que, muitas vezes, o conceito de território é utilizado de forma limitada, referenciando-se apenas aos elementos visíveis da paisagem. Esta redução pode, inclusive, trazer a intensificação dos mecanismos de controle. Os recortes desenhados pelo poder hegemônico tendem a tornar irreconhecíveis, invisíveis ou indizíveis determinadas formas de resistência e ação que se fazem no cotidiano e que emergem da vida nos espaços periféricos. O conceito de território usado é, desta maneira, mobilizado com o intuito de valorizar e trazer ao primeiro plano formas de resistência e ação, sejam institucionalizadas ou não, estejam estas mobilizadas ou latentes (Silva, 2011). Em suma, a cartografia da ação visa:

A valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, mapa, não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos; mas, sim, como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros. Neste sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz fazendo; uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação. (Ribeiro et al., 2002, p. 43)

Neste sentido, estas cartografias procuram fortalecer os vínculos, as vivências, as experiências, olhando para tudo o que é subjetivo, pequeno ou fugaz, especialmente em periferias, valorizando aquilo que pode ser a única resistência ou ação possível em cada contexto.

Conclusão

A linha de criação que nos permitiu montar esta cartografia das cartógrafas brasileiras foi o interesse de contribuir com as ferramentas teóricas e metodológicas no sentido de tentar lidar com os desafios de fazer pesquisa em comunicação social, a partir de uma perspectiva comprometida com os movimentos sociais e mobilizações políticas atuais. Esta cartografia não se pretende um guia extensivo ou global sobre a utilização da ideia de cartografia enquanto teoria ou metodologia, partindo de critérios de neutralidade para listar os argumentos propostos em cada rede de pesquisadores de maneira equitativa. Este texto não tem nenhuma pretensão universalizante mas trazer à tona experiências e formas de saber críticas e enraizadas nas realidades e territórios onde se habita e se produzem as pesquisas pois “metodológicamente, al encaminarnos hacia la investigación comprometida no sólo importa tener una

respuesta al para qué y para quién de la investigación, sino también prepararnos para contestar al cómo” (Lugones, 2018, p. 78).

Procuramos neste artigo nos relacionar com diferentes redes e visões de cartografia gestadas no Brasil com o intuito de fazer uma discussão método-epistemológica na e para a América Latina desvencilhando-nos da prescrição de ‘procedimentos metodológicos’ rígidos baseados numa objetividade e neutralidade dogmáticas, ou seja, procedimentos fundamentados num sujeito epistêmico que:

Não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém. (Grosfoguel, 2007, p. 64-65)

Cada uma das redes presentes neste artigo nos trazem aportes para a reflexão e aprofundamento de atividades de pesquisa comprometidas em comunicação social. As ‘Cartografias dos Desejos’ nos trazem ferramentas para nos relacionarmos com questões relativas aos processos de subjetivação e produção de subjetividade de forma transversal, nos movendo para além das hierarquias estabelecidas, inclusive dentro do próprio ato de pesquisar. Já as ‘Cartografias Sociais’ trazem uma interessante reflexões sobre o protagonismo de grupos sociais historicamente silenciados nos processos de produção de sua visibilidade e nos apontam para o reconhecimento das lutas contemporâneas no rural brasileiro. Por fim, as ‘Cartografias da Ação’ colocam em movimento instrumentos para pensarmos as representações sociais especialmente em periferias urbanas no Brasil, produção de mapas que não sejam somente sobre usos e funções do espaço mas que também valorizem e publicizem vínculos, interações, resistências e ações, sejam estas já explícitas ou potenciais, que combatam formas de poder injustas sobre população marginalizadas.

Ressalta-se que a realização de pesquisas acadêmicas hoje no Brasil se encontra fortemente assediada por formas de gestão neoliberais e autoritárias que exigem das pesquisas ultraespecializações e usos voltados aos ambientes corporativos, empresariais e que sejam preferencialmente rentáveis. Entretanto, as cartografias dos desejos, sociais e da ação aqui mobilizadas trazem a tona uma outra lógica da transdisciplinaridade onde o valor reside principalmente na relação, assim como na tensão, entre academia, movimentos sociais e mobilizações políticas. Lógica esta que pode fecundar e diversificar, inclusive em termos de serem mais democráticas e éticas, pesquisas em ‘comunicação’ ou ‘estudos de mídia’ que fomentem a vivência de nossa própria situação, bem como sua transformação.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. W. B., & Farias Júnior, E. (Org.). (2013). *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições.
- Acserald, H. (2012). Mapeamentos, Identidades e Territórios. In Acserald, H. (Org.), *Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- Cáceres, L. S. T. (2012). Direitos Territoriais e Mapeamento Participativo na América Latina. In Acserald, H. (Org.), *Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- Barros, R., & Passos, E. (2010). A cartografia como método de pesquisa e intervenção. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Berger, C. A. (2011). Pesquisa em comunicação na América Latina. In Hohlfeld, A., Martino, L., & França, V. (Org.), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Berger, C. A. (2018). A crítica une a pesquisa em comunicação na América Latina. In Ferreira, G., & Peruzzo, C. (Org.), *Comunicação na América Latina: da metapesquisa aos estudos mediáticos*. São Paulo: Intercom.
- Fuentes-Navarro, R. (1994). La investigación de la comunicación ¿hacia la postdisciplinarietà en ciencias sociales? In Lameiras, J., & Galindo, J. (Org.), *Medios y mediaciones: los cambiantes sentidos de la dominación en México*. Guadalajara: ITESO.
- Guedes, A. (2013). Lutas por terra e lutas por território nas ciências sociais brasileiras. In Acserald, H. (Org.), *Cartografia Social, Terra e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR.
- Grosfoguel, R. (2007). “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Org.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Kastrup, V., & Passos, E. (2014). Cartografar é traçar um plano comum. In Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S., *Pistas do Método da Cartografia, Vol. 2: A experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina.
- Lopes, J., & Heredia, B. (Org.). (2014). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação. Burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE.
- Lopes, M. I. V. (2004). Pesquisa de comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (Vol. 27, n. 1, p. 13-39). São Paulo.
- Lugones, M. (2018). Hacia metodologías de la decolonialidad. In *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras*. Tomo III. México: Clacso/Cooperativa Editorial Retos.
- Martín-Barbero, J. (1996). Comunicación fin de siglo. Para donde vá nuestra investigación? *Telos* (Vol. 47, p. 58-64). Madrid.
- Martino, L. (2018). *Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas*. Petrópolis: Vozes.
- Melo, J. M. (2018). Entrevista al profesor José Marques de Melo: In *Memoriam. Punto Cero* (Vol. 23, n. 36, p. 39-47). Cochabamba.
- Ribeiro, A. C., & Silva, C. A. (2011). Cartografia da ação e juventude na cidade, trajetórias de método. In Ribeiro, A. C., Campos, A., & Silva, C. A. (Org.), *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios e experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina/ Capes.
- Ribeiro, A. C. (2011). Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In Silva, C. A.

- (Org.), *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina/Capes.
- Ribeiro, A. C., Barreto, A. R. S., Lourenço, A., Costa, L. M. C., & Amaral, L. C. P. (2002). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade* (ano XV, n. 2, ano XVI, n.1, p. 33-52). Rio de Janeiro.
- Regis, V. M., & Fonseca, T. M. G. (2012). Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. In *Fractal, Rev. Psicol* (Vol. 24, n. 2, p. 271-286). Rio de Janeiro.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). (2010). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Peruzzo, C. M. K. (2018). Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. *Comunicação e Sociedade [online]* (Vol. 33, p. 25-40).
- Satoreto, P. (2016). Exploring Inclusive Ethnography as a Methodology to Account for Multiple Experiences. In S. Kubitschko., & A. Kaun (Org.), *Innovative Methods in Media and Communication Research*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Segrera, F. (2000). Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el Caribe: ¿Es posible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región? In Lander, E. (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso.
- Silva, C. A. (2011). Economia política do território: desafios para pensar a metrópole. In Silva, C. A. (Org.), *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina/Capes.
- Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes.

